

Natália Lampert Batista
Tascieli Feltrin
Maurício Rizzatti
(Organizadores)

Formação, Prática e Pesquisa em Educação



Atena
Editora
Ano 2019

Natália Lampert Batista
Tascieli Feltrin
Maurício Rizzatti
(Organizadores)

Formação, Prática e Pesquisa em Educação

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F723	Formação, prática e pesquisa em educação 1 [recurso eletrônico] / Organizadores Natália Lampert Batista, Tascieli Feltrin, Maurício Rizzatti. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Formação, Prática e Pesquisa em Educação; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-589-1 DOI 10.22533/at.ed.891190309 1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Batista, Natália Lampert. II. Feltrin, Tascieli. III. Rizzatti, Maurício. IV. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Pensar a formação docente, as práticas pedagógicas e a pesquisa em educação emergem como tema central da Coletânea “Formação, Práticas e Pesquisa em Educação”, apresentada em três volumes. O volume um, aqui exposto, destacou, sobretudo, capítulos que versam sobre o eixo formação. No volume dois se destacam as práticas educativas e no volume três predomina o eixo pesquisas em educação.

Convidamos a todos a conhecerem os artigos enviados para o portfólio:

No capítulo “A avaliação da aprendizagem no ensino superior e a formação docente: significados atribuídos por professores”, Maria Tereza Fernandino Evangelista e Alvanize Valente Fernandes Ferenc apresentam um recorte de uma pesquisa que buscou analisar os significados atribuídos à avaliação da aprendizagem por professores universitários de um curso de Licenciatura em Matemática. Já Siomara Cristina Broch, no texto “A escola básica na formação docente: percepções e reflexões sobre os estágios nos cursos de licenciatura”, apresenta e analisa as contribuições de gestores, coordenadores pedagógicos e docentes de Escolas de Educação Básica sobre as experiências realizadas por estagiários dos Cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Matemática do Instituto Federal Farroupilha Campus Júlio de Castilhos no ano de 2011 a 2017.

Em “Representação social de docência para licenciandos participantes do PIBID do curso de ciências sociais UFRN/Campus Central”, Elda Silva do Nascimento Melo, Erivania Melo de Moraes e Camila Rodrigues dos Santos relatam sua pesquisa destacando que a docência tem sido problematizada a partir de uma pluralidade de sentidos e para além de uma profissão de vocação, mas que precisa ser continuamente ressignificada por um exercício contínuo de formação e reflexão crítica. Américo Souza, em “A formação de professores de história na UNILAB: desafios e perspectivas para a preparação de um profissional para o Brasil e a África”, discute a elaboração e a execução do Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do Curso de Licenciatura em História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), refletindo sobre os desafios e perspectivas de uma formação que visa preparar professores para atuar no Brasil, em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e Angola.

Já Flávia Abud Luz e Monica Abud Perez de Cerqueira Luz, no texto “A formação do docente em uma sociedade multicultural” trazem reflexões sobre a formação do professor voltada para uma educação multicultural, que valorize a cidadania e a diversidade, rompendo com antigos paradigmas eurocêntricos que trazem em seu bojo a discriminação, o preconceito e a exclusão social. O capítulo “A importância da construção de uma aprendizagem significativa na formação inicial de professores”, de Miriam Eliane Olbertz e Thais Rafaela Hilger, discute sobre a importância da aprendizagem significativa na formação inicial.

Eudes Gomes Silva, Maria Amélia de Moraes e Silva e Marília Martina Guanany

de Oliveira Tenório objetivaram analisar o modo como na prática do ensino superior vêm abordando a concepção de ensino no capítulo “O processo ensino aprendizagem sob a ótica do professor universitário: concepção do conhecimento, relação teoria-prática e ensino-pesquisa”. “Teias de aprendizagem e o cultivo da cultura de qualidade no ensino superior”, de Maria da Apresentação Barreto e Elena Mabel Brutten Baldi, tem como objetivo levantar a percepção dos alunos quanto à participação em um trabalho de construção do conhecimento.

“A universidade para além do ensino: espaço de educação ambiental como ferramenta para a promoção da extensão e pesquisa acadêmica”, de Poliana de Sousa Carvalho e Edneide Maria Ferreira da Silva, destaca o resultado parcial das atividades desenvolvidas no Espaço de Convivência com o Ambiente Semiárido, localizado nas dependências internas da Universidade Federal do Piauí, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, na cidade de Picos. Já em “Avaliação de centro de interesses de pesquisas de mestrado e o desenvolvimento profissional docente” Carlos Jose Trindade da Rocha, João Manoel da Silva Malheiro e Odete Pacubi Baierl Teixeira trazem um recorte de um projeto de tese em Ensino de Ciências com o objetivo de avaliar o Desenvolvimento Profissional Docente (DPD) através do centro de interesses de pesquisa de mestrados na educação científica.

O capítulo “Avaliação de sistema na educação pública: regulação e controle”, de Maria Rita Santos da Silva e Selma Suely Baçal de Oliveira, é fruto de estudos teóricos, no âmbito de uma pesquisa de doutorado com abordagem qualitativa, que busca contribuir com a discussão sobre a avaliação de sistema na Educação Básica. No texto “Educação, formação de professores e escola na perspectiva da pedagogia histórico-crítica”, Magalis Bésler Dorneles Schneider, Janaina Santana da Costa Prado e Elizângela dos Santos Fernandes apresentam uma reflexão na perspectiva da Pedagogia Histórico-crítica do papel da educação, formação de professores e da escola.

Gilcélia Damasceno de Oliveira e Maiara Foli Severo visam compreender como o processo de formação do educador deverá fomentar um espaço de permanente práxis reflexiva para contribuir com o processo de aprendizagem em “Formação docente e a informática educativa”. Nesta mesma linha de pensamento, Nadja Regina Sousa Magalhães, Andressa Grazielle Brandt, Aline Aparecida Cezar Costa, Luciana Gelsleuchter Lohn abordam a formação de professores na Educação em Tempo Integral articulada às Tecnologias de Informação e Comunicação em “Os saberes constituídos na formação de professores da educação em tempo integral à luz tecnologias de informação e comunicação”.

No texto “Letramento e formação de licenciandos da UEMG – unidade Divinópolis/MG” Elaine Kendall Santana e Silva, Ana Paula Martins Fonseca, Alessandra Fonseca de Moraes, Ana Cristina Franco Rocha Fernandes, Geralda Pinto Ferreira, Fernanda Maria Francischetto da Rocha Amaral e Míriam Rabelo Gontijo tem como objetivo de apresentar pesquisa realizada sobre o letramento do professor em formação nos

cursos de Pedagogia e Letras da UEMG - unidade de Divinópolis, por meio do Estágio Supervisionado. “As reflexões sobre o estágio supervisionado para os estudantes das licenciaturas do IF Baiano Campus Santa Inês/BA”, de Antonio Roberto Santos Almeida, Cândida Leci Alves Braga, Célia Amorim Santos Torres, Eliene Guimarães da Silva, Elizangela Silva dos Santos, Gilda Alves Santos, Maria Sônia Jesus Santos, Nilma Santos de Jesus, Railene da Silva Reis, Regina de Souza Santos, Ricardo Souza da Anunciação e Valdenice Costa de Souza, apresenta reflexões sobre o Estágio Supervisionado para os estudantes da licenciatura do IF Baiano Campus Santa Inês/BA.

Almir Tavares da Silva, autor do capítulo “Extensão e cinema: a temática dos filmes e sua proximidade com os assuntos das disciplinas”, disserta sobre uma experiência cuja origem foi um projeto desenvolvido em duas escolas da Educação Básica na cidade do Penedo/AL. O artigo “Consolidação da extensão no IFC - Campus Araquari: atividades entre 2012 e 2017” mostra um levantamento quantitativo das ações de extensão realizadas no campus por meio da análise dos cadastros existentes no mesmo e tem como autores Bruna Rubi Alves, Katia Hardt Siewert, Eduardo da Silva, Cristiane Vanessa Tagliari Corrêa, Fernanda Witt Cidade e Daniel da Rosa Farias. O capítulo “Calorização do magistério na educação infantil”, de Valquíria Pinheiro Silva e Emilia Peixoto Vieira, por sua vez, objetiva compreender como o município se organizou para atender a Lei do Piso e, conseqüentemente, a valorização do magistério.

“Boas práticas nas aulas de educação física no início da carreira docente”, escrito por Catia Silvana da Costa e Maria Iolanda Monteiro, é resultado do recorte de uma dissertação de mestrado em Educação, cujo objetivo consistiu em conhecer e compreender as práticas de uma professora de Educação Física iniciante e as fontes que influenciam na construção de seus saberes. “Percepções sobre a integração ensino-serviço-comunidade no estágio supervisionado de nutrição”, de Maria dos Milagres Farias da Silva e Annatália Meneses de Amorim Gomes, teve por objetivo geral analisar os saberes e as práticas da preceptoria em nutrição com enfoque à integração ensino-serviço-comunidade sob a óptica dos preceptores.

Matheus Enrique da Cunha Pimenta Brasiel, Cristiane Aparecida Baquim e Denilson Santos de Azevedo, em “O Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Básica (SIMAVE): novas perspectivas de avaliação em Minas Gerais”, destacam elementos que contextualizam o surgimento das avaliações externas no Brasil, bem como um breve panorama dos principais sistemas de avaliação vigentes no país. Nilva Borba Girardi e Moacir Gubert Tavares, autoras de “Desenvolvimento profissional dos professores da educação básica de Rio do Sul-SC e municípios circunvizinhos: qual prioridade?”, relatam as diferentes etapas da pesquisa realizada no Instituto Federal Catarinense – Campus Rio do Sul, entre agosto de 2015 e julho de 2016, cuja temática foi à formação de professores, com foco na formação continuada em nível de pós-graduação.

Ana Carolina Veras do Nascimento, Ana Paula de Souza Cunha, Gilmar Barbosa Guedes e Dante Henrique Moura, em “O ensino médio e as políticas educacionais brasileiras contemporâneas: uma análise do último decênio”, analisam o contexto de ampliação do direito à educação básica a partir de documentos legais brasileiros, a exemplo da LDB 9394/96. Já no capítulo “Base Nacional Comum Curricular: documento em processo”, Marialva Moog Pinto Adelcio Machado dos Santos e Circe Mara Marques analisam o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica.

“O trabalho pedagógico e o repensar do currículo PROEJA na perspectiva de interdisciplinaridade” é o tema salientado por Maria Betânia Gomes Grisi, Maria Elisângela Lima dos Santos, Maria de Fátima Freire de Araújo, Raiduce Costa do Nascimento Lima e Roselis Bastos da Silva. Já “Educação profissional e as transformações no mundo do trabalho”, proposto por Adriane de Cássia Camargos Porto e Ivo de Jesus Ramos, tem como objetivo analisar como as alterações no mundo do trabalho necessitam que sejam realizadas reestruturações nos programas e no processo da educação profissional. Em sentido semelhante, Ana Paula de Almeida e Mariglei Severo Maraschin trazem o texto “O trabalhador-estudante dos cursos técnicos subsequentes do IFRS-Câmpus Ibirubá - o que buscam na EPT?”.

“A educação especial nos currículos dos cursos de Biologia/Ciências Biológicas (licenciatura) das Universidades Federais do Brasil” é tema de Darlan Moraes Oliveira, Ana Amélia Coelho Braga, Fyama da Silva Miranda Gomes, Bruna Vasconcelos Oliveira Lô, Tainá Negreiros Ponath, Ada Marinho dos Santos, Josidalva de Almeida Batista, Josiane Almeida Silva, Alcicleide Pereira de Souza, Maria José Costa Faria, Henrique Silva de Souza e Alice Silau Amoury Neta. Maria Ludovina Aparecida Quintans e Adriano Robson de Andrade debatem um aplicativo que cria um cenário de novas possibilidades de aprendizagem para os deficientes visuais em “Implementação de aplicativo de acessibilidade como apoio a discentes com deficiência visual matriculados no curso de bacharelado em direito”.

Nora Ney Fonseca Batista, Norma Suely Chacon e Rozilda Ferreira Lins Cavalcante destacam a “Formação docente frente à perspectiva da educação inclusiva na Escola Municipal Professor Ulisses de Góis”. O capítulo “Processos de ensino e aprendizagem e a sua relação com transtornos mentais de estudantes de uma instituição de ensino superior”, de Estela Maris Camargo Bernardelli, objetivou pesquisar a relação entre os transtornos mentais desencadeados em estudantes universitários e processos de ensino e aprendizagem de um curso superior em uma universidade pública.

“A saúde do professor frente a sua prática profissional” foi o foco de abordagem de Ana Carolina de Athayde Raymundi Braz, Adriane de Lima Cardeal, Juliana Gomes Fernandes, Rafael Mendes Pereira, Roberta Ramos Pinto, Suellen Priscila Ferreira Alves e Tatiane Romanini Rodrigues Ferreira. Também nesta linha, Ana Paula Martins Fonseca, Alessandra Fonseca de Moraes, Ana Cristina Franco Rocha Fernandes,

Elaine Kendall Santana e Silva, Geralda Pinto Ferreira, Fernanda Maria Francischetto da Rocha Amaral e Míriam Rabelo Gontijo desenvolveram o texto “um estudo das condições de saúde dos professores do ensino médio da rede estadual de ensino de Divinópolis – MG”. “Análise ergonômica em posto de trabalho de instituição de ensino em Campina Grande-PB” foi a temática escolhida por João Victor Sales da Nóbrega, Daniel Oliveira de Farias, Rickson Pierre Tiburcio da Silva, João Pinto Cabral Neto e Cássia Pereira dos Santos.

Por fim, “Diversidade religiosa no âmbito escolar: conceito e / ou preconceito” de Ana Marli Souza Lima e Francisca Maria Coelho Cavalcanti teve como objetivo relatar as experiências vividas na pesquisa de iniciação científica realizada em escolas públicas da cidade de Manaus com adolescentes do Ensino Médio buscando conhecer quais religiões transitam no ambiente escolar; quais os conceitos dos escolares sobre as religiões e refletir se os alunos têm conceitos ou preconceito com religiões diferentes das suas.

O livro do volume um dispõe de diferentes perspectivas sobre a formação docente (e áreas afins), tecendo significativas contribuições para a Coletânea “Formação, Práticas e Pesquisa em Educação”. Essa diversidade de temáticas demonstra a versatilidade da abordagem da pesquisa em Educação, levando-nos a (re)pensar sua abordagem na contemporaneidade.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Prof^a. Dr^a. Natália Lampert Batista
Santa Maria/RS, 2019

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR E A FORMAÇÃO DOCENTE: SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS POR PROFESSORES	
<i>Maria Tereza Fernandino Evangelista</i> <i>Alvanize Valente Fernandes Ferenc</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8911903091	
CAPÍTULO 2	11
A ESCOLA BÁSICA NA FORMAÇÃO DOCENTE: PERCEPÇÕES E REFLEXÕES SOBRE OS ESTÁGIOS NOS CURSOS DE LICENCIATURA	
<i>Siomara Cristina Broch</i> <i>Cleonice Iracema Graciano dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8911903092	
CAPÍTULO 3	22
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE DOCÊNCIA PARA LICENCIANDOS PARTICIPANTES DO PIBID DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS UFRN/CAMPUS CENTRAL	
<i>Elda Silva do Nascimento Melo</i> <i>Erivania Melo de Moraes</i> <i>Camila Rodrigues dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8911903093	
CAPÍTULO 4	34
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA NA UNILAB: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PREPARAÇÃO DE UM PROFISSIONAL PARA O BRASIL E A ÁFRICA	
<i>Américo Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8911903094	
CAPÍTULO 5	47
A FORMAÇÃO DO DOCENTE EM UMA SOCIEDADE MULTICULTURAL	
<i>Flávia Abud Luz</i> <i>Monica Abud Perez de Cerqueira Luz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8911903095	
CAPÍTULO 6	53
A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DE UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES	
<i>Miriam Eliane Olbertz</i> <i>Thais Rafaela Hilger</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8911903096	
CAPÍTULO 7	63
O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM SOB A ÓTICA DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: CONCEPÇÃO DO CONHECIMENTO, RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA E ENSINO-PESQUISA	
<i>Eudes Gomes Silva</i> <i>Maria Amélia de Moraes e Silva</i>	

CAPÍTULO 8 76

TEIAS DE APRENDIZAGEM E O CULTIVO DA CULTURA DE QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR

*Maria da Apresentação Barreto
Elena Mabel Brutten Baldi*

DOI 10.22533/at.ed.8911903098

CAPÍTULO 9 89

A UNIVERSIDADE PARA ALÉM DO ENSINO: ESPAÇO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA A PROMOÇÃO DA EXTENSÃO E PESQUISA ACADÊMICA

*Poliana de Sousa Carvalho
Edneide Maria Ferreira da Silva*

DOI 10.22533/at.ed.8911903099

CAPÍTULO 10 99

AVALIAÇÃO DE CENTRO DE INTERESSES DE PESQUISAS DE MESTRADO E O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE

*Carlos Jose Trindade da Rocha
João Manoel da Silva Malheiro
Odete Pacubi Baierl Teixeira*

DOI 10.22533/at.ed.89119030910

CAPÍTULO 11 109

AVALIAÇÃO DE SISTEMA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: REGULAÇÃO E CONTROLE

*Maria Rita Santos da Silva
Selma Suely Baçal de Oliveira*

DOI 10.22533/at.ed.89119030911

CAPÍTULO 12 118

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ESCOLA NA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

*Magalis Bésse Dorneles Schneider
Janaina Santana da Costa Prado
Elizangela dos Santos Fernandes*

DOI 10.22533/at.ed.89119030912

CAPÍTULO 13 127

FORMAÇÃO DOCENTE E A INFORMÁTICA EDUCATIVA

*Gilcéia Damasceno de Oliveira
Maiara Foli Severo*

DOI 10.22533/at.ed.89119030913

CAPÍTULO 14 136

OS SABERES CONSTITUÍDOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL Á LUZ TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Nadja Regina Sousa Magalhães
Andressa Grazielle Brandt
Aline Aparecida Cezar Costa
Luciana Gelsleuchter Lohn

DOI 10.22533/at.ed.89119030914

CAPÍTULO 15 146

LETRAMENTO E FORMAÇÃO DE LICENCIANDOS DA UEMG – UNIDADE DIVINÓPOLIS/MG

Elaine Kendall Santana e Silva
Ana Paula Martins Fonseca
Alessandra Fonseca de Moraes
Ana Cristina Franco Rocha Fernandes
Geralda Pinto Ferreira
Fernanda Maria Francischetto da Rocha Amaral
Míriam Rabelo Gontijo

DOI 10.22533/at.ed.89119030915

CAPÍTULO 16 158

AS REFLEXÕES SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA OS ESTUDANTES DAS LICENCIATURAS DO IF BAIANO CAMPUS-SANTA INÊS-BA

Antonio Roberto Santos Almeida
Cândida Leci Alves Braga
Célia Amorim Santos Torres
Eliene Guimarães da Silva
Elizangela Silva dos Santos
Gilda Alves Santos
Maria Sônia Jesus Santos
Nilma Santos de Jesus
Railene da Silva Reis
Regina de Souza Santos
Ricardo Souza da Anunciação
Valdenice Costa de Souza

DOI 10.22533/at.ed.89119030916

CAPÍTULO 17 166

EXTENSÃO E CINEMA: A TEMÁTICA DOS FILMES E SUA PROXIMIDADE COM OS ASSUNTOS DAS DISCIPLINAS

Almir Tavares da Silva

DOI 10.22533/at.ed.89119030917

CAPÍTULO 18 173

CONSOLIDAÇÃO DA EXTENSÃO NO IFC - CAMPUS ARAQUARI: ATIVIDADES ENTRE 2012 E 2017

Bruna Rubi Alves
Katia Hardt Siewert
Eduardo da Silva
Cristiane Vanessa Tagliari Corrêa

Fernanda Witt Cidade

Daniel da Rosa Farias

DOI 10.22533/at.ed.89119030918

CAPÍTULO 19 180

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Valquíria Pinheiro Silva

Emília Peixoto Vieira

DOI 10.22533/at.ed.89119030919

CAPÍTULO 20 192

BOAS PRÁTICAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO INÍCIO DA CARREIRA DOCENTE

Catia Silvana da Costa

Maria Iolanda Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.89119030920

CAPÍTULO 21 198

PERCEPÇÕES SOBRE A INTEGRAÇÃO ENSINO- SERVIÇO- COMUNIDADE NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE NUTRIÇÃO

Maria dos Milagres Farias da Silva

Annatália Meneses de Amorim Gomes

DOI 10.22533/at.ed.89119030921

CAPÍTULO 22 206

O SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO E EQUIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SIMAVE): NOVAS PERSPECTIVAS DE AVALIAÇÃO EM MINAS GERAIS

Matheus Enrique da Cunha Pimenta Brasiel

Cristiane Aparecida Baquim

Denilson Santos de Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.89119030922

CAPÍTULO 23 218

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE PERÍODOS SUL-SC E MUNICÍPIOS CIRCUNVIZINHOS: QUAL PRIORIDADE?

Nilva Borba Girardi

Moacir Gubert Tavares

DOI 10.22533/at.ed.89119030923

CAPÍTULO 24 230

O ENSINO MÉDIO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS: UMA ANÁLISE DO ÚLTIMO DECÊNIO

Ana Carolina Veras do Nascimento

Ana Paula de Souza Cunha

Gilmar Barbosa Guedes

Dante Henrique Moura

DOI 10.22533/at.ed.89119030924

CAPÍTULO 25 239

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: DOCUMENTO EM PROCESSO

Marialva Moog Pinto
Adelcio Machado dos Santos
Circe Mara Marques

DOI 10.22533/at.ed.89119030925

CAPÍTULO 26 248

O TRABALHO PEDAGÓGICO E O REPENSAR DO CURRÍCULO PROEJA NA PERSPECTIVA DE INTERDISCIPLINARIDADE

Maria Betânia Gomes Grisi
Maria Elisangela Lima dos Santos
Maria de Fátima Freire de Araújo
Raiduce Costa do Nascimento Lima
Roselis Bastos da Silva

DOI 10.22533/at.ed.89119030926

CAPÍTULO 27 258

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Adriane de Cássia Camargos Porto
Ivo de Jesus Ramos

DOI 10.22533/at.ed.89119030927

CAPÍTULO 28 270

O TRABALHADOR-ESTUDANTE DOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES DO IFRS-CÂMPUS IBIRUBÁ - O QUE BUSCAM NA EPT?

Ana Paula de Almeida
Mariglei Severo Maraschin

DOI 10.22533/at.ed.89119030928

CAPÍTULO 29 273

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE BIOLOGIA/ CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LICENCIATURA) DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL

Darlan Moraes Oliveira
Ana Amélia Coelho Braga
Fyama da Silva Miranda Gomes
Bruna Vasconcelos Oliveira Lô
Tayná Negreiros Ponath
Ada Marinho dos Santos
Josidalva de Almeida Batista
Josiane Almeida Silva
Alcicleide Pereira de Souza
Maria José Costa Faria
Henrique Silva de Souza
Alice Silau Amoury Neta

DOI 10.22533/at.ed.89119030929

CAPÍTULO 30	284
IMPLEMENTAÇÃO DE APLICATIVO DE ACESSIBILIDADE COMO APOIO A DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL MATRICULADOS NO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO	
<i>Maria Ludovina Aparecida Quintans</i>	
<i>Adriano Robson de Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89119030930	
CAPÍTULO 31	288
FORMAÇÃO DOCENTE FRENTE À PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ULISSES DE GÓIS	
<i>Nora Ney Fonseca Batista</i>	
<i>Norma Suely Chacon</i>	
<i>Rozilda Ferreira Lins Cavalcante</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89119030931	
CAPÍTULO 32	290
PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM E A SUA RELAÇÃO COM TRANSTORNOS MENTAIS DE ESTUDANTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	
<i>Estela Maris Camargo Bernardelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89119030932	
CAPÍTULO 33	303
A SAÚDE DO PROFESSOR FRENTE A SUA PRÁTICA PROFISSIONAL	
<i>Ana Carolina de Athayde Raymundi Braz</i>	
<i>Adriane de Lima Cardeal</i>	
<i>Juliana Gomes Fernandes</i>	
<i>Rafael Mendes Pereira</i>	
<i>Roberta Ramos Pinto</i>	
<i>Suellen Priscila Ferreira Alves</i>	
<i>Tatiane Romanini Rodrigues Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89119030933	
CAPÍTULO 34	309
UM ESTUDO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE DIVINÓPOLIS - MG	
<i>Ana Paula Martins Fonseca</i>	
<i>Alessandra Fonseca de Moraes</i>	
<i>Ana Cristina Franco Rocha Fernandes</i>	
<i>Elaine Kendall Santana e Silva</i>	
<i>Geralda Pinto Ferreira</i>	
<i>Fernanda Maria Francischetto da Rocha Amaral</i>	
<i>Miriam Rabelo Gontijo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89119030934	
CAPÍTULO 35	321
ANÁLISE ERGONÔMICA EM POSTO DE TRABALHO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO EM CAMPINA GRANDE-PB	
<i>João Victor Sales da Nóbrega</i>	
<i>Daniel Oliveira de Farias</i>	

Rickson Pierre Tiburcio da Silva
João Pinto Cabral Neto
Cássia Pereira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.89119030935

CAPÍTULO 36 330

DIVERSIDADE RELIGIOSA NO ÂMBITO ESCOLAR: CONCEITO E / OU
PRECONCEITO

Ana Marli Souza Lima
Francisca Maria Coelho Cavalcanti

DOI 10.22533/at.ed.89119030936

CAPÍTULO 37 339

CULTURAS DA INFÂNCIA: A INFLUÊNCIA DOS ENTORNOS CULTURAIS E
SOCIAIS NOS MODOS DE BRINCAR DE CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO
BAIRRO AMÉRICA – ARACAJU/SE

Rafaely Karolynne do Nascimento Campos
Tacyana Karla Gomes Ramos

DOI 10.22533/at.ed.89119030937

CAPÍTULO 38 352

DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA SOBRE O TEMA
CONDUTIVIDADE TÉRMICA: UMA PROPOSTA PARA FORMAÇÃO INICIAL DE
PROFESSORES DE UM CURSO NORMAL

Diana Aparecida Kaefer Schons
Ana Marli Bulegon

DOI 10.22533/at.ed.89119030938

CAPÍTULO 39 362

DIDÁTICA DESENVOLVIMENTAL: CONTRIBUIÇÕES DO SISTEMA ELKONIN-
DAVIDOV-REPKIN QUANTO AOS PAPÉIS DOS ALUNOS E DO PROFESSOR

Juliana Magalhães de Brito Vianna

DOI 10.22533/at.ed.89119030939

CAPÍTULO 40 371

O QUE DIZ UMA PROFESSORA E SEUS ALUNOS A RESPEITO DA EXPERIÊNCIA
NO SENTIDO DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA EM UMA ESCOLA DE
APLICAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

José Alexandre da Silva Valente
Jorge Raimundo da Trindade Souza
Licurgo Peixoto de Brito

DOI 10.22533/at.ed.89119030940

CAPÍTULO 41 380

PIBID E FORMAÇÃO DOCENTE: UMA ANÁLISE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO
PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA POSTURA PROFISSIONAL DOS
LICENCIANDOS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UEMG

Ana Paula Martins Fonseca
Alessandra Fonseca de Moraes
Ana Cristina Franco Rocha Fernandes

Elaine Kendall Santana e Silva
Geralda Pinto Ferreira
Fernanda Maria Francischetto da Rocha Amaral
Míriam Rabelo Gontijo

DOI 10.22533/at.ed.89119030941

CAPÍTULO 42 392

A UTILIZAÇÃO DE MAPAS CONCEITUAIS COMO ESTRATÉGIA DE VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM EM UMA DISCIPLINA DE PRÁTICA DOCENTE NO CURSO DE CIÊNCIAS NATURAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

José Alexandre da Silva Valente
Jorge Raimundo da Trindade Souza
Elisangela Barreto Santana
Greivin Antonio Núñez González
Licurgo Peixoto de Brito

DOI 10.22533/at.ed.89119030942

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 403

ÍNDICE REMISSIVO 404

O ENSINO MÉDIO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS: UMA ANÁLISE DO ÚLTIMO DECÊNIO

Ana Carolina Veras do Nascimento

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal - Rio Grande do Norte

Ana Paula de Souza Cunha

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal - Rio Grande do Norte

Gilmar Barbosa Guedes

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal - Rio Grande do Norte

Dante Henrique Moura

Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Natal - Rio Grande do Norte

(2017), Motta; Frigotto (2017), dentre outros. Concluimos, em meio a todo debate levantado, que os problemas históricos na esfera educacional, tais como a universalização, a dualidade etc. não são frutos da escola, mas da sociedade dual em que vivemos, na qual o conhecimento não deve ser apresentado para todos. Para romper esses problemas, que não são exclusivos da educação, torna-se necessário a transformação do modo de produção vigente.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio; Políticas Educacionais; Direito à Educação.

RESUMO: O Ensino Médio ao longo da história vem sendo marcado por perspectivas de ensino que apresentam relação com forças produtivas econômicas, aspecto que é inerente às relações de trabalho e ensino profissionalizante da sociedade capitalista de produção. Objetivamos analisar o contexto de ampliação do direito à educação básica a partir de documentos legais brasileiros, a exemplo da LDB 9394/96. Metodologicamente, recorreu-se, às informações estatísticas disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pela Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD), entre os anos de 2007 a 2017. Além de análise bibliográfica a partir dos autores: Moura (2013); Frigotto (2007); Silva; Silveira

INTRODUÇÃO

A educação secundária ou o Ensino Médio (EM) – denominação atribuída pela Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) – de forma especial a partir da década de 1930 no Brasil, quando começa a ganhar impulso a industrialização taylorista-fordista, é a partir desse instante histórico que essa etapa da escolarização passa a ser caracterizada por uma organização curricular dicotômica entre o oferecimento de uma educação estatal propedêutica clássica-científica de transição para a educação superior ou uma educação de cunho profissionalizante de preparação da força de trabalho que busca

atender as demandas produtivas do mercado de trabalho capitalista.

E, mais recentemente, notadamente, a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 59 (EC-59/2009), de 11 de novembro de 2009, o Ensino Médio assume um protagonismo nas discussões desenvolvidas no âmbito das políticas educacionais nacionais, pois passa a ser uma das etapas que constituem a Educação Básica prevista em Lei. A rigor, ainda que tenha assumido essa centralidade, o EM continua a configurar-se com o mesmo escopo, baseado na dualidade estrutural nascida nos idos dos anos trinta do século XX, por isso tem se expressado em matizes de educação direcionadas a formação técnica-tecnológica para a classe trabalhadora ou propedêutica para as camadas sociais de condição econômico-social média e alta da população brasileira.

É no intuito de compreender essa diretriz de classe, que influencia sobremaneira a organização curricular do EM, que Frigotto (2007) ressalta a necessidade de analisar a educação no Brasil inserida num projeto histórico de sociedade cindida em classes sociais desiguais que adotam ideologias e interesses conflitantes. Partindo dessa condição, torna-se necessário destacar que a discussão das políticas educacionais desenvolvidas para o Ensino Médio brasileiro deve ser delineada a luz de uma identidade socioeconômico e política capitalista complexa, e que por sua vez, está inserida em uma realidade pautada em relações opostas entre os interesses de supremacia e sobrevivência do capital e do trabalho.

A matriz de organização político-institucional do Ensino Médio que discutiremos neste artigo está balizada pelo art. 205 da Constituição Federal de 1988 (CF-88), diretriz que estabelece: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família [...]” (BRASIL, 1988); e na LDB/96 que reestruturada conforme a EC-59/2009, passa a definir o EM como última etapa da Educação Básica. Essa conjunção de normativas legais é importante pois legitima o reconhecimento do direito das crianças e jovens brasileiros à educação pública estatal, numa trajetória que amplia-se dos quatro até os dezessete anos. Embora, Silva e Silveira (2017) compreendam que para se concretize a garantia desse direito legal, é necessário que o Estado além de assumir a responsabilidade quanto a igualdade de acesso, garanta, também, a obrigatoriedade e a gratuidade do Ensino Médio.

É com base nessa compreensão teórico-conceitual e política que esse texto pretende relacionar o arcabouço legal apresentado nos documentos relativos a política educacional brasileira produzida no que diz respeito ao direito à Educação Básica propugnado após a CF-88, especificamente no tocante ao Ensino Médio, e a conformação assumida por certos aspectos concernentes a implementação dessas diretrizes na rede escolar estatal brasileira na dimensão dessa etapa de ensino.

No intuito de atingir os objetivos referidos, quanto a metodologia, na dimensão específica do levantamento bibliográfico, consideramos as mediações que dizem respeito à temática apresentada e dialogamos com os seguintes autores: Moura (2013); Frigotto (2007); Silva; Silveira (2017), Motta; Frigotto (2017), dentre outros estudiosos

da área. Além disso, fizemos o levantamento documental por meio da consulta e análise da base primária de dados estatísticos educacionais disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), essa última produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período compreendido entre os anos de 2007 a 2017.

Por meio da análise dos dados estatísticos do Censo Escolar, divulgados pelo INEP, que dizem respeito ao período supra referido buscaremos observar e analisar a correlação que existe entre as diretrizes previstas na legislação educacional brasileira que regulamentam o Ensino Médio e sua contribuição para o processo de universalização desse nível de ensino, essa reflexão será feita por meio do número de matrículas por dependência no EM e mais três variáveis: população existente na faixa etária de 15 a 17 anos (matrícula líquida) no Brasil, comparando com o número efetivo de matrículas no EM; número de matrículas no EM por faixa etária, e, por último, o percentual de distorção idade-série nesse nível de ensino, todas esses dados considerando o intervalo de tempo já citado.

ENSINO MÉDIO EM NÚMEROS

Nesse tópico apresentaremos ao longo do texto, 4 tabelas construídas a partir dos Censos Educacionais disponibilizados pelo Inep, para abordarmos o movimento que vem ocorrendo para garantia do ensino médio como direito. A seguir, a tabela 1 expõe o número total de matrículas no Ensino Médio por dependência administrativa no Brasil:

Ano	Dependência Administrativa/ Número de Matrículas				
	Estadual	Municipal	Federal	Privado	Total
2017	6.721.181	47.368	191.523	970.312	7.930.384
2016	6.897.145	49.715	171.566	1.014.614	8.133.040
2015	6.819.430	50.893	155.925	1.049.902	8.076.150
2014	7.027.197	56.560	146.733	1.070.890	8.301.380
2013	7.047.473	62.829	138.314	1.065.432	8.314.048
2012	7.112.143	72.354	126.850	1.066.595	8.377.942
2011	7.182.888	80.833	114.939	1.022.029	8.401.829
2010	7.177.440	91.124	101.860	988.223	8.358.647
2009	7.163.020	110.780	90.353	973.007	8.337.160
2008	7.177.377	136.167	82.033	970.523	8.366.100
2007	7.239.523	163.779	68.999	897.068	8.369.369

Tabela 1 – Número de Matrículas no Ensino Médio por Dependência Administrativa, no período 2007 a 2017. Brasil/2018.

Fonte: INEP/BRASIL/2018.

*Não estamos considerando as matrículas da Educação de Jovens e Adultos nas diferentes modalidades (Presencial, semi e EAD)

Analisando a tabela 1, observamos que a maior parte das matrículas do ensino

médio brasileiro compõe a rede pública de ensino, mais precisamente a rede estadual e que ao longo dos anos a oferta municipal foi diminuindo. Esse movimento vem sendo construído em conformidade com a LDB 9.394/1996, alterada pela Lei 12.061 de outubro de 2009, quando determina no Art. 10 inciso VI, que o Estado deverá “assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem”. Essa organização da educação básica brasileira é regida pelo regime de colaboração entre a União, os Estados, Distrito Federal e Municípios.

Analisando os dados mais recentes, especificamente do ano de 2017, encontramos a seguinte distribuição percentual de matrículas no EM: estadual (84,75%), seguida da rede privada (12,23%), da federal (2,41%) e da municipal (0,61%). Apesar de ser a etapa de maior expressão da rede federal, sua participação ainda é bem pequena. Podemos, portanto, afirmar que a rede pública brasileira é responsável por 87,77% das matrículas do EM. Além disso, os dados disponibilizados pelo Inep (BRASIL, 2017) apresenta que 7.571.031 (95,5%) das matrículas estão localizadas em áreas urbanas e apenas 359.353 (4,5%) em área rural. Portanto, finalizaríamos o parágrafo afirmando que nosso EM, em sua quase totalidade, está localizado em regiões urbanas e pertencentes a rede pública.

Ainda em relação aos dados apresentados, observa-se uma tendência de queda no número de matrículas no EM, em 2007 observamos 8.369.369 e em 2017 um total de 7.930.384. Segundo o Inep (2017, p.12) isto se deve “tanto a uma redução da entrada proveniente do ensino fundamental (a matrícula do 9º ano teve queda de 14,2% de 2013 a 2017) quanto pela melhoria no fluxo no ensino médio (a taxa de aprovação do ensino médio subiu 2,8 de 2013 a 2017)”, dificultando assim a retenção de alunos nessa etapa de ensino.

A justificativa apresentada pelo Inep está vinculada ao pertencimento, por meio da matrícula, na educação básica brasileira, entretanto, não desconsiderando a abordagem do Inep, mas buscando aprofundar ainda mais nossa análise sobre o acesso ao ensino médio, destacamos uma dimensão não perceptível, referente a uma categoria de jovens entre 15 a 17 anos que nem sequer entrou nos índices educacionais, simplesmente pelo fato de não estarem matriculados na instituição escolar.

Nossa análise é sustentada por outros estudos, dentre eles citamos o de Moura (2013) que demonstra que a extrema desigualdade socioeconômica obriga grande parte dos filhos da classe trabalhadora, que frequentam a rede pública de ensino, a buscar, muito antes dos 18 anos de idade (e até crianças), a inserção no mundo do trabalho, no intuito de complementar a renda familiar ou até de auto sustentação, esse fato, acaba por dificultar a relação do jovem com os estudos, fazendo muitas vezes os jovens, reprovarem ou abandonarem os estudos, para depois frequentarem em um momento mais oportuno, ou nem sequer matricularem-se na escola.

Desta forma, construímos a tabela 2 com o objetivo de observar e analisar a confirmação da existência de uma parcela de jovens que não frequenta a escola.

Ano	População X 1000	Matrículas no EM	Matrículas no EM (15 a 17 anos)		Clientela atendida (15 a 17 anos)		População não atendida	
			Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
2017	10.476	7.930.384	5.985.908	57,1	8.471.213	80,9	2.004.787	19,1
2007	10.282	8.369.369	4.539.022	44,4	8.759.754	85,20	1.522.246	14,8

Tabela 2 – População, número de matrículas no Ensino Médio, clientela atendida e não atendida da população de jovens de 15 a 17 anos do Brasil (2017 – 2007)

Fonte: BRASIL/INEP (2017, 2007)

OBS: Não estamos considerando as matrículas da Educação de Jovens e Adultos nas diferentes modalidades (Presencial, semi e EAD)

Ao observarmos a Tabela 2 percebermos que a situação do EM, em relação ao acesso e permanência, ainda é crítica no Brasil. Tendo como referência o ano de 2017, observamos que a matrícula no EM contava com 7.930.384, considerando todas as faixas etárias e distribuídas entre o integrado, regular e normal, além de estudantes especiais matriculados em escolas regulares. A população em idade escolar obrigatória desejável para esta etapa era de aproximadamente 10.466.000. Destes, 5.985.908 estavam matriculados no Ensino Médio, ou seja, apenas 57,1% desses jovens estavam em idade escolar desejável, entretanto, percebemos que a clientela atendida corresponde a 8.471.213 jovens dessa faixa etária, esse dado nos leva a concluir que as outras matrículas estão distribuídas no ensino fundamental e na Educação de Jovens e Adultos. Além disso, observamos que no ano de 2017 registram-se aproximadamente 2.004.787 jovens sem qualquer vínculo escolar, ainda que sejam portadores do pleno direito à educação.

Esse movimento apresentado no ano de 2017 também foi evidenciado nos anos anteriores. A título de comparação, apresentamos os dados de 2007, como mostra a Tabela 2. Observamos também a existência de aproximadamente 14,8 % jovens não matriculados na educação básica. Apesar da presença de escolas públicas gratuitas, observamos uma tendência de continuidade de jovens que não estão compondo a educação básica. Isso demonstra a existência de algum ou alguns fatores que dificultam o ingresso desses jovens na rede e a necessidade de estudos mais aprofundados sobre. Dessa forma, nossa análise revela problemas referentes ao acesso de jovens à educação básica e, portanto, a garantia do direito à educação vem sendo comprometida. Consideramos em nossa análise que os fatores externos a escola são os principais responsáveis.

Ao constatarmos que o número de matrículas total no EM é superior ao número de jovens de matrículas nessa etapa de jovens de 15 a 17, buscamos compreender quais faixas etárias compõe o ensino médio brasileiro, desta forma, construímos a tabela 3

Ano	Total	Faixa etária				
		Até 14 anos	15 a 17 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 anos ou mais
2017	7.930.384	431.804	5.985.908	1.060.493	301.933	150.246
2010	8.358.647	96.145	5.280.129	1.821.953	731.136	429.284
2007	8.369.369	82.266	4.539.022	1.958.859	1.079.570	605.099

Tabela 3 - Número de Matrículas no Ensino Médio, por Faixa Etária, ano de 2010 e 2017

Fonte: BRASIL/INEP (2017, 2010, 2007)

A Tabela 3 nos revela que a clientela presente no ensino médio é bem heterogênea em relação a faixa etária, apesar da faixa etária de 15 a 17 anos ser a responsável pelo maior número de matrículas. Observamos que durante o intervalo de 2007 a 2017 ocorreu um aumento no ingresso de jovens de até 14 anos e uma diminuição de jovens de 18 anos ou mais, sugerindo, portanto, uma queda na taxa de distorção idade-série, que realmente é observada na tabela 4.

Ano		2017	2016	2015	2014	2013
Percentual de distorção (%)	Público	31,1	30,9	30,4	31,3	32,7
	Privado	7,4	7,4	7,3	7,5	7,6
	TOTAL	28,2	28	27,4	28,2	29,5

Tabela 4 – Percentual de distorção idade-série no Ensino Médio brasileiro, entre os anos de 2010 a 2015

Fonte: BRASIL/INEP (2017)

Apesar de termos observado uma melhora na distorção idade-série ao longo dos anos de 2017 a 2013, a Tabela 4 apresenta que o EM ainda continua sendo marcado por percentuais totais superiores a 28% de distorção idade-série. Esses dados ainda ficam mais preocupantes quando comparamos as distorções entre a rede pública e privada. No ano de 2017, por exemplo, enquanto a rede pública apresentava uma distorção de 31,1% no Ensino Médio, a rede privada apresentava apenas 7,4%.

Além disso, a análise fornecida pelas Notas Estatísticas do Censo Escolar 2017 (INEP/MEC) mostraram que a taxa de distorção idade-série no Brasil é bem heterogênea, sendo a região sudeste a com menores distorções, 38,6% dos municípios apresentam taxas de distorção inferiores a 10%. As taxas mais alarmantes estão situadas nas regiões norte e nordeste. A região Norte tem as piores taxas no Estado do Amazonas, variando em 40,1% a 100% em diversos municípios. Na região Nordeste, as piores taxas estão na Bahia e as melhores nos estados do Ceará e Pernambuco.

Diante dessa realidade apresentada de forma resumida por números, observamos que a grande maioria dos estudantes dessa etapa de ensino estão matriculados nas redes estaduais. Além disso, observamos que essa etapa é bem heterogênea

em relação a faixa etária, demonstrando que existe um atraso de uma parcela dos estudantes que acabam ficando retidos no ensino fundamental, seja por motivo de reprovação ou de abandono. Constatamos também que um número significativo de jovens nem sequer estão matriculados no Ensino Médio. Quando analisamos as taxas de distorção idade-série, percebemos que os principais problemas de repetência e/ou abandono estão ocorrendo nas redes públicas.

Após a breve apresentação deste panorama, retornamos a discussão sobre o direito a educação, para isto, não podemos desconsiderar quem é o principal sujeito desse nível de ensino. Pelos dados observamos, principalmente pelo número de matriculados na rede pública, podemos inferir que, em sua grande maioria, esses jovens são filhos de trabalhadores. Assim, nós recorremos novamente a pesquisa realizada por Moura (2013) que, na busca pela defesa de políticas que realmente responda aos problemas educacionais brasileiros, nos apresenta um breve panorama da realidade das crianças e jovens. Assim, sua pesquisa evidencia que 41,9% dos jovens de 16 a 17 anos de idade e 11,8% das crianças de 10 a 15 anos de idade no ano de 2007 trabalhavam. A necessidade de trabalharem ocorria pelo fato de um grande percentual desses jovens estarem inseridos em famílias pobres ou muito pobres, como podemos observar abaixo:

Dos 58,5 milhões de jovens da faixa etária de 10 a 17 anos, que moram em domicílios particulares, 77,1% residem em habitações cuja renda per capita mensal é de, no máximo, um salário mínimo. Caso esse limite seja aumentado para dois salários mínimos, o percentual sobe para 91,7% (MOURA, 2013, p.715)

A apresentação dos dados referentes a renda mensal das famílias brasileiras nos revela a necessidade de todos os membros da família contribuírem com a renda, pois passa a ser uma questão de sobrevivência do núcleo familiar. A mesma pesquisa evidencia que “58,6% das crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade contribuem com mais de 10% do rendimento familiar, sendo que 15,4% são responsáveis por mais de 30% do orçamento dos residentes no domicílio” (MOURA, 2013, p.715).

A análise até aqui desenvolvida nos leva a refletir também os problemas de desigualdade socioeconômica apresentados na realidade brasileira, pois estes acabam por interferir diretamente nos problemas detectados no sistema educacional, principalmente na rede pública, já que esta tem como público alvo os jovens filhos de trabalhadores. Desta forma, falar de direito à educação perpassa também por essa análise, pois reconhecemos que as dificuldades apresentadas levam aos jovens repetirem, evadirem ou até mesmo não se matricularem no sistema de ensino, mesmo este sendo público.

CONCLUSÕES

As políticas de universalização do Ensino Médio no Brasil começaram a ganhar notoriedade a partir da constituição da LDB 9.394/1996, principalmente após a Emenda Constitucional nº 59/2009, essas políticas foram materializadas no crescimento do número de matrículas nessa etapa de ensino. Entretanto, apenas a abertura de matrículas não se efetivou como mecanismo eficiente para a garantia do direito a educação de nível médio.

A desigualdade socioeconômica brasileira é revelada também nos dados apresentados pelos Censos Educacionais, principalmente quando observamos a distorção idade-série e o número de jovens não matriculados no EM, nos evidenciando que a escola pública passa por maiores dificuldades nesse aspecto do que as privadas, tendo em vista a necessidade real que a maioria do seu público tem em unir trabalho e estudo, entre outros aspectos.

Coadunando com Motta e Frigotto (2017) a universalização do Ensino Médio para a juventude brasileira permanece como um dos principais desafios no campo das políticas educacionais (MOTTA e FRIGOTTO, 2017). Dessa forma, encontramos uma distância entre os direitos proclamados na Constituição, referenciados pela LDB 9.394/1996 e pela Emenda Constitucional nº 59/2009 e sua efetivação na realidade brasileira.

Diante disto, para assegurar a universalização do ensino médio, garantindo, portanto, o direito a educação básica em sua plenitude, é preciso reconhecer os problemas apresentados por esta etapa de ensino (evasão, reprovação, permanência, heterogeneidade na oferta e no público etc.) e relacioná-los com a realidade social brasileira.

Do ponto de vista do campo educacional, é um imperativo ético – político a defesa de uma educação na perspectiva da omnilateralidade, capaz de possibilitar uma formação humana plena. Apesar disso, não podemos esquecer o que a realidade concreta nos impõem e precisamos trabalhar também dentro dessa perspectiva, para isto são necessárias políticas educacionais que garantam melhores condições estruturais nas escolas; atrelada a isso deve ser pensado uma organização pedagógica-curricular que considere enfrentar a cultura escolar consolidada que reitera a fragmentação e a hierarquização dos saberes, a separação entre teoria e prática, a perspectiva de processos de ensino e aprender centrados quase que exclusivamente na memorização; e políticas de formação inicial e continuada de professores visando compreender essa realidade e saber atuar nesse ambiente de heterogeneidade. Além disso, torna-se urgente políticas que coadunem com a busca pela diminuição das desigualdades sociais.

Finalmente, em meio a todo debate levantado, não poderíamos deixar de pontuar nossa postura teórica-metodológica de que os problemas históricos na esfera educacional, tais como a universalização, a dualidade etc. não são frutos da

escola, mas da sociedade dual em que vivemos, na qual o conhecimento não deve ser apresentado para todos. Para romper esses problemas, que não são exclusivos da educação, torna-se necessário a transformação do modo de produção vigente. Contudo, isso não significa esperarmos a superação do modo atual de produção para que, somente depois, possamos organizar a “escola que queremos”, mas torna-se extremamente importante colocarmos na ordem do dia, principalmente após a forte onda conservadora instaurada no Brasil, a construção de movimentos contrários a destruição da escola pública (Reforma do Ensino Médio - Lei 17.415/2017) a políticas que se contrapõem ao direito dos trabalhadores (Reformas Trabalhistas e Previdenciárias) etc. pois são movimentos que acabam indo de encontro ao avanço desenfreado do capital.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 ago. 2018

BRASIL. Congresso. Presidência. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 02 ago. 2018.

BRASIL. INEP. **Censo Escolar 2017**: Notas estatísticas. Brasília – DF, Janeiro 2018.

BRASIL. INEP. **Censo Escolar**: Resultados e resumos. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://inep.gov.br/resultados-e-resumos>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Relação da Educação Profissional e tecnológica com a Universalização da Educação Básica. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007 1129. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa** – Revista da Faculdade de Educação da USP, v. 39, p.705 -720, 2013.

MOTTA, V. C.; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, nº 139, p. 355 – 372, abr./jun. 2017.

SILVA, M. R., SILVEIRA, D.A.O Direito à educação e a ampliação do acesso ao ensino médio: uma análise das proposições do legislativo federal (1996 – 2016). *Revista Poiésis*, v.11, nº 19, p. 76 – 95, Jan/Jun. 2017

SOBRE OS ORGANIZADORES

Natália Lampert Batista - Graduada em Geografia (Licenciatura) pelo Centro Universitário Franciscano (2013). Mestre e Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2015 e 2019 respectivamente). Tem interesse nas áreas de pesquisa de Ensino de Geografia; Cartografia Escolar; Educação Ambiental; Geotecnologias e Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) na Educação; Multiletramentos, Multimodalidade e Contemporaneidade; Formação de Professores; Educação Popular; Cartografia Geral e Temática; Geografia Urbana; Geografia Agrária; e Geografia Cultural.

Tascieli Feltrin - Doutoranda em Educação (UFSM). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Gestão Escolar pela UFSM/ UAB (2013). Graduada em Letras licenciatura plena em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e respectivas Literaturas pela Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES/2011). Tutora do Curso de Formação em Letras Português e Literatura pela UAB/UFSM. Professora de língua portuguesa, Servidora pública na rede municipal de educação de Santa Maria. Atuou como Bolsista no projeto Biblioteca Comunitária: Embarque na Onda da Leitura (FAMES 2010-2011), como educadora no projeto de Extensão Práxis Pré-Vestibular Popular da UFSM (2014) e, como Tutora do Curso de Formação de Professores para a Educação Profissional UAB/UFSM (2017-2019). Atualmente, também, desenvolve atividades de incentivo à leitura e escrita criativa através da oficina de criação literária ImaginaMundos. Possui experiência nas seguintes áreas de estudo: Educação Popular, Culturas Periféricas, Educação de Jovens e Adultos, História da Educação, Educação Libertária, Literatura Popular e Multiletramentos, experiências educacionais não-escolares e Formação de professores para atuação em contextos de Vulnerabilidade Social.

Maurício Rizzatti - Mestre e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é Doutorando em Geografia (Passagem Direta para o Doutorado) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da UFSM. Também é integrante do Laboratório de Cartografia e grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (UFSM). Pesquisa na área de Cartografia, Geoprocessamento, Cartografia Escolar e a Teoria das Inteligências Múltiplas, Geotecnologias, Sensoriamento Remoto na Educação Básica; Geografia Física, Geografia Urbana e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Anos iniciais do ensino fundamental 107, 113, 192, 241, 353

Assuntos 43, 166, 167, 168, 170, 171, 300, 332, 375

Avaliação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 18, 50, 51, 80, 84, 85, 86, 87, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 152, 179, 184, 185, 189, 192, 195, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 226, 228, 242, 247, 250, 265, 271, 276, 285, 287, 290, 295, 299, 300, 301, 302, 305, 315, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 391

Avaliação da aprendizagem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 87, 107, 295, 302

Avaliação de sistema 109, 110, 113, 114, 115, 116

Avaliações externas 112, 114, 116, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 215, 216, 247

B

Base Nacional Comum Curricular 239, 240, 241, 247, 360

Boas Práticas 192, 194, 196, 197, 253, 254

Bolsista de extensão 173

Brasil-África 34, 37, 45

C

Cinema 166, 167, 169, 171, 172

Competências 48, 77, 84, 101, 121, 129, 130, 143, 159, 163, 195, 208, 210, 211, 250, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 294, 295, 299, 301, 304, 305, 341, 354, 361, 395

Comunicação 15, 18, 19, 24, 32, 50, 77, 82, 86, 119, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 144, 152, 157, 164, 193, 244, 262, 352, 353, 354

Conhecimento 4, 5, 6, 8, 12, 14, 15, 25, 26, 28, 29, 33, 35, 37, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 90, 92, 95, 101, 102, 103, 107, 121, 122, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 142, 143, 148, 154, 156, 160, 162, 164, 165, 166, 167, 169, 174, 176, 177, 178, 184, 185, 189, 221, 228, 230, 238, 245, 254, 255, 256, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 271, 287, 294, 299, 305, 312, 330, 331, 333, 335, 337, 338, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 362, 363, 365, 366, 367, 368, 369, 373, 376, 378, 386, 394, 395, 397, 398, 399, 400

Currículo 10, 13, 14, 36, 39, 40, 44, 46, 49, 50, 51, 52, 98, 102, 117, 136, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 161, 178, 184, 195, 239, 241, 246, 249, 250, 252, 256, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 288, 330, 333, 360, 372, 379

D

Descolonização 37, 39, 44, 47

Desenvolvimento profissional 4, 15, 92, 99, 100, 101, 102, 105, 107, 108, 143, 144, 194, 196, 197, 218, 228, 259, 362

Direito a aprendizagem 239

Direito à educação 182, 230, 234, 236, 238, 287

Disciplinas 1, 3, 9, 12, 13, 16, 30, 39, 42, 50, 63, 64, 65, 74, 80, 155, 159, 166, 167, 171, 214, 228, 241, 246, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 292, 298, 299, 300, 322, 365, 391, 393, 397

Docência 4, 6, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 54, 57, 64, 70, 74, 75, 80, 87, 92, 95, 99, 101, 102, 104, 139, 158, 184, 194, 197, 221, 222, 301, 359, 360, 380, 381, 382, 383, 386, 387, 389, 390, 393

E

Educação 9, 10, 11, 12, 15, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 67, 70, 73, 74, 75, 78, 83, 84, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 152, 155, 156, 159, 161, 162, 165, 166, 167, 172, 174, 175, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 252, 253, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 287, 288, 289, 292, 293, 294, 300, 306, 308, 309, 310, 311, 315, 316, 330, 332, 333, 336, 337, 338, 339, 343, 344, 350, 351, 352, 353, 354, 359, 360, 362, 363, 364, 365, 367, 371, 372, 374, 375, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 390, 392, 398, 399, 401, 402

Educação ambiental 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 104, 243, 245, 270

Educação básica 11, 12, 20, 22, 24, 36, 40, 41, 43, 45, 52, 53, 57, 60, 109, 110, 112, 113, 114, 116, 142, 152, 156, 161, 162, 166, 167, 181, 182, 183, 184, 187, 190, 191, 193, 195, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 249, 252, 262, 267, 274, 281, 316, 332, 333, 338, 352, 353, 354, 359, 374, 375, 377, 378, 381, 382, 383, 390

Educação em tempo integral 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144

Educação física 192, 193, 194, 195, 196, 197, 384

Educação Infantil 95, 96, 98, 139, 180, 181, 182, 184, 187, 188, 189, 190, 228, 245, 246, 337, 339, 343, 344, 350, 353

Educação profissional 174, 175, 179, 229, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 266, 267, 268, 270, 272

Educação pública 109, 114, 115, 116, 197, 206, 211, 212, 216, 217, 231, 311

Ensino investigativo 99, 100, 105

Ensino médio 79, 96, 112, 113, 139, 173, 175, 178, 186, 215, 229, 232, 233, 234, 235,

237, 238, 240, 283, 313, 330, 331, 332, 333, 334, 374, 376

Ensino-pesquisa 63, 65, 66, 69, 71, 74, 75, 285

Ensino superior 1, 2, 7, 8, 9, 33, 41, 45, 60, 63, 64, 65, 68, 69, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 83, 84, 86, 167, 184, 186, 187, 221, 274, 275, 278, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 315, 333, 381, 382, 383

Escola 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 30, 43, 51, 55, 56, 57, 59, 62, 73, 90, 91, 94, 97, 101, 102, 104, 113, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 154, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 181, 182, 183, 188, 193, 194, 195, 196, 199, 207, 209, 213, 215, 216, 223, 224, 225, 226, 227, 230, 233, 234, 237, 238, 239, 241, 246, 247, 251, 261, 263, 265, 268, 271, 272, 273, 275, 283, 288, 289, 294, 295, 300, 301, 305, 306, 311, 312, 330, 331, 333, 334, 337, 338, 339, 341, 342, 343, 344, 352, 355, 357, 360, 362, 365, 367, 369, 371, 372, 373, 374, 376, 389, 392

Estágio curricular supervisionado 13

Estágio supervisionado 15, 43, 147, 153, 154, 156, 157, 160, 165, 198, 204

Estratégias linguísticas 147

Extensão 37, 38, 41, 63, 68, 69, 70, 71, 74, 79, 89, 91, 92, 135, 136, 166, 169, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 187, 189, 221, 285, 287, 292, 294, 383

F

Financiamento 180, 181, 182, 183, 208, 262

Formação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 69, 70, 72, 74, 77, 78, 79, 81, 87, 89, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 174, 178, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 194, 196, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 208, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 237, 238, 239, 241, 243, 245, 246, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 274, 275, 279, 281, 282, 283, 285, 289, 292, 295, 299, 300, 302, 304, 308, 311, 315, 316, 333, 338, 352, 353, 354, 357, 360, 361, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 375, 378, 380, 381, 382, 383, 386, 387, 389, 390, 391

Formação continuada 15, 19, 20, 27, 32, 57, 61, 126, 136, 138, 139, 142, 143, 144, 154, 164, 165, 185, 189, 196, 218, 220, 225, 226, 229, 250, 251, 283, 289, 354, 383

Formação de professores 1, 2, 3, 6, 7, 9, 11, 15, 20, 32, 34, 36, 37, 40, 41, 43, 44, 45, 48, 50, 51, 56, 57, 62, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 136, 137, 140, 141, 142, 144, 148, 157, 165, 192, 197, 205, 218, 219, 226, 229, 246, 250, 256, 274, 275, 279, 281, 282, 361, 382, 389, 390

Formação docente 2, 4, 5, 15, 20, 23, 24, 29, 32, 33, 40, 42, 43, 47, 51, 53, 59, 101,

102, 108, 117, 127, 128, 129, 130, 134, 135, 143, 148, 154, 178, 199, 246, 283, 289, 354, 380, 381, 382, 383, 386, 387, 389

G

Gestão educacional 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116

Graduação 9, 20, 22, 32, 36, 40, 41, 45, 53, 59, 64, 65, 71, 81, 82, 95, 99, 104, 108, 127, 136, 144, 154, 156, 159, 160, 161, 173, 174, 177, 178, 184, 185, 193, 200, 201, 204, 205, 218, 219, 220, 221, 223, 226, 227, 228, 229, 239, 276, 287, 290, 291, 293, 297, 298, 299, 301, 321, 339, 352, 353, 354, 371, 382, 391, 392, 396

H

História 31, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 54, 56, 61, 72, 74, 107, 120, 124, 126, 137, 143, 152, 168, 172, 179, 230, 246, 252, 260, 283, 292, 301, 312, 338, 344, 346, 367, 371, 372, 373, 374, 378, 379, 383

I

Informática educativa 127, 128, 129, 130, 135

Início da carreira docente 192

L

Letramento 142, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 155, 156, 157

Licenciatura 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 18, 20, 24, 26, 30, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 61, 89, 90, 91, 92, 94, 104, 147, 152, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 175, 184, 218, 219, 222, 223, 225, 227, 228, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 300, 353, 382, 386, 388, 389, 390, 392, 393, 394, 396

M

Marginalidade 118, 122, 123, 125

Multiculturalismo 43, 47, 48, 50, 51

Mundo do trabalho 111, 116, 233, 253, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 311, 316

N

Nutrição 198, 199, 200, 203, 402

O

Orientação de estágio 11

P

Pesquisa 1, 2, 3, 4, 6, 7, 15, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 36, 37, 40, 45, 51, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 92, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 116, 117, 127, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 161, 164, 167, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 181, 182, 184, 192, 194, 200, 204, 206, 207, 209, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 232, 236, 238, 239, 240,

246, 252, 257, 258, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 277, 281, 282, 283, 285, 287, 290, 292, 294, 297, 298, 299, 301, 308, 309, 312, 313, 316, 321, 328, 330, 331, 332, 333, 337, 338, 339, 342, 343, 344, 348, 351, 352, 353, 355, 356, 358, 359, 366, 371, 373, 374, 377, 379, 380, 382, 383, 384, 386, 389, 390, 396, 399, 401, 402

PIBID/UFRN 22, 23, 24, 25, 26, 27

Políticas de avaliação 207, 210, 212

Políticas educacionais 111, 115, 211, 231, 237, 315

Pós-graduação 9, 22, 53, 64, 99, 104, 108, 127, 185, 193, 205, 218, 219, 220, 221, 223, 226, 227, 228, 229, 239, 321, 339, 352, 371, 392

Preceptoria 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205

PROEJA 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257

Professor 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 29, 30, 32, 36, 40, 47, 48, 50, 54, 56, 57, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 79, 82, 83, 85, 94, 95, 97, 102, 103, 105, 107, 108, 114, 119, 120, 124, 128, 129, 131, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 185, 186, 187, 188, 189, 193, 194, 195, 196, 197, 201, 212, 214, 218, 220, 224, 225, 226, 228, 229, 239, 246, 282, 288, 289, 290, 295, 298, 299, 300, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 310, 311, 312, 313, 316, 354, 359, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 372, 381, 385, 387, 388, 389, 398

Profissionalidade docente 99

Projetos de extensão 91, 92, 173, 174, 176, 178

Q

Quarta Revolução Industrial 258, 259, 269

R

Representação social 22, 24, 32, 50

Representações sociais 25, 26, 32, 33, 146, 147, 149, 152, 157, 301

S

SIMAVE 206, 207, 215

Subsunções 53

T

Tecnologias de informação 19, 136, 137, 138, 139, 142, 352, 354

Teoria-prática 6, 63, 65, 66, 72, 74, 75

Trabalho pedagógico 33, 112, 125, 137, 138, 188

V

Valorização do magistério 24, 180, 182, 183, 189

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-589-1



9

788572 475891